

29/03/2019

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO
FUNDAMENTAL 553 RIO DE JANEIRO**

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S)	: ABRADÉE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELÉTRICA
ADV.(A/S)	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA: CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA – ABRADÉE. LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 111/2011 DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO À ADPF. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO DA SUBSIDIARIEDADE. TUTELA DE SITUAÇÕES JURÍDICAS INDIVIDUAIS. INTERESSE SINGULAR DA EMPRESA ASSOCIADA À AGRAVANTE. PROCESSO DE NATUREZA OBJETIVA. DESCABIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

1. O cabimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental será viável desde que haja a observância do princípio da subsidiariedade, que exige o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceitos fundamentais, ou a verificação, *ab initio*, de sua inutilidade para a preservação do preceito. Precedentes desta CORTE.

2. Os processos objetivos do controle abstrato de constitucionalidade, tal qual a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, não constituem meio idôneo para tutelar situações jurídicas individuais. Precedentes desta CORTE.

3. Agravo Regimental a que se nega provimento.

ADPF 553 AGR / RJ

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Plenário, sob a Presidência do Senhor Ministro DIAS TOFFOLI, em conformidade com a ata de julgamento e as notas taquigráficas, por maioria, acordam em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 29 de março de 2019.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES
Relator

29/03/2019

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO
FUNDAMENTAL 553 RIO DE JANEIRO**

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S)	: ABRADÉE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELETRICA
ADV.(A/S)	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR): Trata-se de Agravo Regimental interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, ABRADÉE, contra decisão proferida em 30/11/2018 (publicada em 4/12/2018), que extinguiu, sem resolução de mérito, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, nos seguintes termos:

(...)

O instrumento processual da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) deve ostentar, como outras das condições de procedibilidade, considerado o disposto no § 1º do art. 4º da Lei 9.882/1999, o atendimento ao critério da subsidiariedade, sendo esse a confirmação de que inexistente outro meio eficaz apto a superar o defeito jurídico sob questão. O cabimento da ADPF será viável desde que haja a observância do princípio da subsidiariedade, que exige o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceitos fundamentais ou a verificação, ab initio, de sua inutilidade para a preservação do preceito (ADPF 186/DF, Rel. Min. RICARDO

ADPF 553 AGR / RJ

LEWANDOWSKI, DJe de 20/10/2014). Caso os mecanismos utilizados de maneira exaustiva mostrem-se ineficazes, será cabível o ajuizamento da arguição. Da mesma forma, se desde o primeiro momento se verificar a ineficiência dos demais mecanismos jurisdicionais para a proteção do preceito fundamental, será possível que um dos legitimados se dirija diretamente ao Supremo Tribunal Federal, por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental. É necessário, pois, que não exista, para a hipótese in concreto, qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade (ADPF 13-1, Rel. Min. ILMAR GALVÃO; ADPF 15-7/PA, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA), pois esse mecanismo de efetividade dos preceitos fundamentais não substitui as demais previsões constitucionais que tenham semelhante finalidade, tais como o habeas corpus, o habeas data; o mandado de segurança individual e coletivo; o mandado de injunção; a ação popular; a ADI estadual, entre outras possibilidades (ADPF 3-QO, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, Pleno, DJ de 27/2/2004; ADPF 12-2/DF, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, Pleno, DJ de 26/3/2001).

A presente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental não atende ao referido critério. O conteúdo do ato normativo impugnado afeta um universo bem delimitado de destinatários – no caso, as empresas concessionárias de serviços públicos de eletricidade, telefonia e televisão a cabo em atividade no âmbito do Município do Rio de Janeiro. Em razão dessa circunstância, a utilização dos mecanismos de jurisdição ordinária por parte dos respectivos interessados já proporciona um ambiente processual adequado para a discussão ampla da validade da norma.

De fato, conforme informado pela própria Associação Autora, pende de julgamento nesta CORTE a Ação Cautelar 3420 (Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI), na qual foi deferida a liminar (decisão monocrática da Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 28/2/2013) para atribuir efeito suspensivo ao ARE 764.029, recurso incidente em ação ordinária na qual a empresa Light Serviços de Eletricidade S/A litiga com o

ADPF 553 AGR / RJ

Município do Rio de Janeiro a respeito do mesmo objeto da presente arguição.

As demais empresas concessionárias afetadas, de igual modo, têm à sua disposição a possibilidade de discutir em juízo a validade da norma impugnada por instrumentos processuais com alcance suficiente a amparar, com celeridade e efetividade, o conflito relatado. São meios processuais “revestidos de aptidão para fazer cessar, prontamente, a situação de lesividade (ou de potencialidade danosa) decorrente do ato impugnado” (ADPF 17-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 14/02/2003), havendo, inclusive, decisão acautelatória dessa CORTE que se prestou a dirimir os efeitos contrários aos interesses representados pela ABRADÉE, resultantes da Lei Municipal 111/2011.

Tem-se demonstrada, portanto, a presença de meios aptos a sanar a lesão e “solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata” (ADPF 33, Rel. Min. GLMAR MENDES, Pleno, DJ 6/8/2004).

Ante todo o exposto, com base no art. 4º, caput e § 1º, da Lei 9.882/1999 e no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO à presente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

Sustenta a agravante que a amplitude dada pela decisão monocrática ao princípio da subsidiariedade seria contrária ao princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal), e implicaria que *“nenhuma ADPF seria cabível, tendo em vista que toda lesão ou ameaça de direito pode, em tese, ser submetida ao Poder Judiciário pelas vias ordinárias”*. Argui que a jurisprudência desta CORTE não exige o esgotamento de todos os meios ordinários de questionamento, mas utiliza de um critério objetivo *“no sentido de que se é possível a utilização de ADI ou ADC, incabível a ADPF”*. Pondera que o número reduzido de pessoas afetadas pela norma não constituiria óbice à propositura de ADPF. Ressalta, ainda, a existência de ação similar, a ADPF 133, em que a

ADPF 553 AGR / RJ

Procuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo prosseguimento da ação. Por fim, requereu a reconsideração da decisão agravada ou, alternativamente, que seja submetida ao Plenário para conhecimento e provimento integral do recurso.

É o relatório.

29/03/2019

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO
FUNDAMENTAL 553 RIO DE JANEIRO**

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR): Trata-se de Agravo Regimental, com pedido de reconsideração, interposto contra decisão que negou seguimento à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ajuizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, ABRADÉE, contra o art. 326 da Lei Complementar Municipal 111/2011, do Município do Rio de Janeiro, que *“criou a obrigação das concessionárias de serviços públicos de eletricidade, telefonia e televisão a cabo, instalarem sua fiação no subsolo urbano, no Prazo de 5 anos, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00”*.

Não merecem prosperar os argumentos levantados pela agravante, incapazes de infirmar os fundamentos da decisão que negou seguimento a presente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

Postula a agravante ter cumprido o requisito da subsidiariedade pela inexistência de outros meios de controle concentrado – Ação Direta de Constitucionalidade ou Inconstitucionalidade – capazes de impugnar a legislação atacada. Entretanto, o princípio da subsidiariedade estabelece como preceito de cumprimento a inexistência de outro meio apto de solver a controvérsia de forma *“ampla, geral e imediata”* (ADPF 33, Rel. Min. GLMAR MENDES, Pleno, DJ 6/8/2004), incluso outros mecanismos constitucionalmente estabelecidos como o *habeas corpus*, o *habeas data*, os mandados de segurança individual e coletivo, o mandado de injunção, a ação popular, a ADI estadual, entre outras possibilidades (AgR na ADPF 17-3/AP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, DJ de 14/3/2003; ADPF 3/CE-QO, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, Pleno, DJ de 27/2/2004; ADPF 12-2/DF, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, Pleno, DJ de 26/3/2001).

A própria agravante reconhece, como já antes salientado na decisão agravada, a existência de ação perante esta CORTE concernente ao mesmo objeto, a Ação Cautelar 3.420, da relatoria do eminente Ministro

ADPF 553 AGR / RJ

RICARDO LEWANDOWSKI, na qual foi deferida medida liminar (decisão monocrática da Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 28/2/2013) para atribuir efeito suspensivo ao ARE 764.029, recurso incidente em ação ordinária na qual a empresa Light Serviços de Eletricidade S/A litiga com o Município do Rio de Janeiro a respeito da inconstitucionalidade da Lei Complementar municipal 111/2011.

Comprovada, portanto, a existência de outros meios hábeis a solucionar a controvérsia arguida com o mesmo alcance e efetividade pretendidos nesta arguição.

Além disso, também não merece o conhecimento a presente arguição ante pressuposto negativo à possibilidade de utilização da ADPF: a vedação da defesa de direitos e interesses individuais e concretos, em decorrência do perfil objetivo que caracteriza o controle abstrato de constitucionalidade (ADI 1.254 AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ de 19/9/1997; ADI 1.434 MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ de 22/11/1996; ADI 2.551 MC-QO, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ de 20/4/2006).

Com efeito, deve-se ter presente que o escopo de atuação da ADPF deve ser objeto de interpretação adequada ao sistema de jurisdição constitucional brasileira, sob pena de se esvaziar seu *“altíssimo significado jurídico-constitucional no âmbito da defesa da idoneidade objetiva do ordenamento jurídico”*. Assim, na medida em que *“o controle normativo de constitucionalidade qualifica-se como típico processo de caráter objetivo” — “vocado exclusivamente à defesa, em tese, da harmonia do sistema constitucional” —, “o exame de relações jurídicas concretas e de situações individuais constitui matéria juridicamente estranha ao domínio do processo de fiscalização concentrada de constitucionalidade”* (ADPF 363-MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 1º/9/2015).

Conforme observado em consulta ao *Painel de Desempenho das Distribuidoras de Energia Elétrica por Município* – cadastro de informações mantido pela Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, e disponibilizado no sítio eletrônico da ANEEL – apenas uma única empresa, a Light Serviços de Eletricidade S/A, atende ao Município do

ADPF 553 AGR / RJ

Rio de Janeiro.

Em hipótese semelhante, negou-se seguimento à ADPF 176 (Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Decisão Monocrática, DJe 5/8/2009), decisão confirmada em sessão plenária (ADPF 176 AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, DJe 1/12/2014). No caso, também de autoria da ABRADÉE, questionava-se lei municipal que disciplinou *“a utilização de bens públicos municipais, autorizando a cobrança mensal de valor pelo uso que empresas detentoras de concessão de serviços públicos, permissão ou autorização, ‘fizerem ou que vierem a fazer das áreas públicas do Município’”*. Assim firmou-se a ementa do agravo regimental:

EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. UTILIZAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA MUNICIPAL. COBRANÇA MENSAL DE VALOR PELO USO. LEI N. 3.242/2002 E DECRETO N. 2.342/2002 DO MUNICÍPIO DE IGREJINHA/RS. PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE. INOBSERVÂNCIA. INTERESSE SINGULAR DE EMPRESA ASSOCIADA À ARGUENTE. INEXISTÊNCIA DE DANO DE DIFÍCIL REPARAÇÃO À ORDEM JURÍDICA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. A improcedência de ação judicial, pela qual empresa concessionária busca impedir a cobrança pelo uso de área municipal na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, não autoriza a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental. Impossibilidade de utilização dessa ação como espécie de ação rescisória preventiva ou de recurso nominado com efeito suspensivo, alheio à relação processual originária.

2. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

As razões do presente agravo, portanto, não conseguem invalidar as conclusões da decisão agravada, pois efetivamente caracterizada a inadequação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ADPF 553 AGR / RJ

para o fim por ela buscado.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao Agravo Regimental.
É o voto.

29/03/2019

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO
FUNDAMENTAL 553 RIO DE JANEIRO**

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S)	: ABRADÉE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELETRICA
ADV.(A/S)	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES: Trata-se de arguição de descumprimento de preceito fundamental proposta pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), em face da Lei Complementar Municipal 111/2011, do Município do Rio de Janeiro.

A legislação impugnada criou a obrigação de as concessionárias de serviços públicos de eletricidade, telefonia e televisão a cabo instalarem sua fiação no subsolo urbano, no prazo de 5 anos, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (art. 326 da Lei Complementar 111/2011, do Município do Rio de Janeiro).

A ABRADEE afirma que a legislação causa grande impacto econômico. Sustenta que o dispositivo questionado viola os artigos 21, XII, “b”; 22, IV; 30, I e VIII; 37, XXI; 175, parágrafo único, I a IV, da Constituição Federal.

O Min. Alexandre de Moares, relator, negou seguimento à ADPF, com fundamento no art. 4º, *caput* e § 1º, da Lei 9882/1999. Sua Excelência entendeu que a ação proposta não satisfaz o critério da subsidiariedade. O conteúdo do ato impugnado afetaria um universo delimitado de destinatários, que pode se utilizar de mecanismos de jurisdição ordinária

ADPF 553 AGR / RJ

aptos a afastar a validade da norma. Inclusive, haveria no STF a Ação Cautelar 3.420, de relatoria do Min. Ricardo Lewandowski, na qual foi deferida a liminar para atribuir efeito suspensivo ativo ao ARE 764.029, recurso incidente em ação ordinária, na qual a empresa Light Serviços de Eletricidade litiga contra o Município do Rio de Janeiro a respeito da aplicação da norma atacada.

Peço vênia ao Ministro relator para divergir.

Atendidos os requisitos do art. 102, §1º, da Constituição, bem como da Lei 9.882/1999, reputo cabível a presente arguição de descumprimento de preceito fundamental.

No que se refere à subsidiariedade, a Lei 9.882/1999 impõe que a arguição de descumprimento de preceito fundamental somente será admitida se não houver outro meio eficaz de sanar a lesividade (art. 4º, § 1º).

À primeira vista, poderia parecer que somente na hipótese de absoluta inexistência de qualquer outro meio eficaz para afastar a eventual lesão poder-se-ia manejar, de forma útil, a arguição de descumprimento de preceito fundamental. É fácil ver que uma leitura excessivamente literal dessa disposição, que tenta introduzir entre nós o princípio da subsidiariedade vigente no Direito alemão (recurso constitucional) e no Direito espanhol (recurso de amparo), acabaria por retirar desse instituto qualquer significado prático.

De uma perspectiva estritamente subjetiva, a ação somente poderia ser proposta se já se tivesse verificado a exaustão de todos os meios eficazes de afastar a lesão no âmbito judicial. Uma leitura mais cuidadosa há de revelar, porém, que, na análise sobre a eficácia da proteção de preceito fundamental nesse processo, deve predominar um enfoque objetivo ou de proteção da ordem constitucional objetiva. Em outros termos, o princípio da subsidiariedade – inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesão – contido no § 1º do art. 4º da Lei 9.882/1999 há de ser compreendido no contexto da ordem constitucional global.

Nesse sentido, caso se considere o caráter enfaticamente objetivo do instituto (o que resulta, inclusive, da legitimação ativa), meio eficaz de

ADPF 553 AGR / RJ

sanar a lesão parece ser aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata.

No direito alemão, a *Verfassungsbeschwerde* (recurso constitucional) está submetida ao dever de exaurimento das instâncias ordinárias. Todavia, a Corte Constitucional pode decidir de imediato um recurso constitucional caso se mostre que a questão é de interesse geral ou se demonstre que o requerente poderia sofrer grave lesão na via ordinária (Lei Orgânica do Tribunal, § 90, II).

Em verdade, o princípio da subsidiariedade, ou do exaurimento das instâncias, atua também nos sistemas que conferem ao indivíduo afetado o direito de impugnar a decisão judicial, como um pressuposto de admissibilidade de índole objetiva, destinado, fundamentalmente, a impedir a banalização da atividade de jurisdição constitucional.

No caso brasileiro, o pleito a ser formulado pelos órgãos ou entes legitimados dificilmente versará – pelo menos de forma direta – sobre a proteção judicial efetiva de posições específicas por eles defendidas. A exceção mais expressiva reside, talvez, na possibilidade de o Procurador-Geral da República, como previsto expressamente no texto legal, ou qualquer outro ente legitimado, propor a arguição de descumprimento a pedido de terceiro interessado, tendo em vista a proteção de situação específica. Ainda assim, o ajuizamento da ação e a sua admissão estarão vinculados, muito provavelmente, ao significado da solução da controvérsia para o ordenamento constitucional objetivo, e não à proteção judicial efetiva de uma situação singular.

Assim, tendo em vista o caráter acentualmente objetivo da arguição de descumprimento, o juízo de subsidiariedade há de ter em vista, especialmente, os demais processos objetivos já consolidados no sistema constitucional.

Nesse caso, cabível a ação direta de inconstitucionalidade ou de constitucionalidade, não será admissível a arguição de descumprimento. Em sentido contrário, não sendo admitida a utilização de ações diretas de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade – isto é, não se verificando a existência de meio apto para solver a controvérsia

ADPF 553 AGR / RJ

constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata –, há de se entender possível a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

É o que ocorre, fundamentalmente, nas hipóteses relativas ao controle de legitimidade do direito pré-constitucional, do direito municipal em face da Constituição Federal e nas controvérsias sobre direito pós-constitucional já revogado ou cujos efeitos já se esgotaram. Nesses casos, em face do não cabimento da ação direta de inconstitucionalidade, não há como deixar de reconhecer a admissibilidade da arguição de descumprimento.

Em relação a esse requisito, o Supremo Tribunal Federal vem admitindo o cabimento de arguição de descumprimento de preceito fundamental nos casos que envolvam violação à Constituição por legislação municipal.

A Lei 9.882/1999 contribuiu para a superação dessa lacuna, contemplando expressamente a possibilidade de controle de constitucionalidade do direito municipal no âmbito desse processo especial.

Ao contrário do que imaginado por alguns, não será necessário que o STF aprecie as questões constitucionais relativas ao direito de todos os Municípios. Nos casos relevantes, bastará que decida uma questão-padrão com força vinculante.

Se entendermos que o efeito vinculante abrange também os fundamentos determinantes da decisão, poderemos dizer, com tranquilidade, que não apenas a lei objeto da declaração de inconstitucionalidade no Município “A” mas toda e qualquer lei municipal de idêntico teor não mais poderá ser aplicada.

Ademais, não se pode admitir que a existência de processos ordinários e recursos extraordinários deva excluir, *a priori*, a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental. Até porque, entre nós, o instituto assume feição marcadamente objetiva.

Sendo assim, é possível concluir que a simples existência de ações ou de outros recursos processuais não poderá servir de óbice à formulação

ADPF 553 AGR / RJ

da arguição de descumprimento. Ao contrário, a multiplicação de processos e decisões sobre um dado tema constitucional reclama, as mais das vezes, a utilização de um instrumento de feição concentrada, que permita a solução definitiva e abrangente da controvérsia.

Feitas essas considerações, entendo estar demonstrado não haver meios processuais ágeis e eficientes a solucionar, de forma homogênea, a ofensa aos preceitos fundamentais indicados. Nesse aspecto, cabível, portanto, a presente ADPF.

Assim, pedindo vênias ao Ministro Relator, voto por conhecer da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 553

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES

AGTE.(S) : ABRADÉE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELETRICA

ADV.(A/S) : LYCURGO LEITE NETO (01530/A/DF, 19216-A/MA, 018268/RJ)
E OUTRO(A/S)

INTDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, Sessão Virtual de 22.3.2019 a 28.3.2019.

Composição: Ministros Dias Toffoli (Presidente), Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário